

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

DESCENDÊNCIA ESCLARECIDA DE UM MINHOTO ILUSTRE NA BAÍA.

CAMPOS, J. da Silva

Ano: 1935 | Número: 45

Como citar este documento:

CAMPOS, J. da Silva, Descendência esclarecida de um minhoto ilustre na Baía. *Revista de Guimarães*, 45 (1-2) Jan.-Jun. 1935, p. 25-32.

Casa de Sarmiento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4800-432 Guimarães
E-mail: geral@csarmiento.uminho.pt
URL: www.csarmiento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Descendência esclarecida de um Minhoto ilustre na Baía

Ao Sr. Alberto Vieira Braga.

Domingos Pires de Carvalho, comerciante na praça da Baía, era filho legítimo de João Pires de Carvalho e de sua mulher Catarina Francisca. Declarou-o no seu assentamento de irmão de maior condição, — prova de que era indivíduo de família limpa, — da Santa Casa de Misericórdia desta cidade, assinado em 12 de Abril de 1683 ⁽¹⁾. Frei António de Santa Maria Jaboatão, no seu *Catálogo Genealógico* ⁽²⁾, é, porém, explícito: Domingos Pires e seus genitores eram naturais da freguesia de São Pedro de Serzedêlo, arcebispado de Braga. Nasceram no concelho da Póvoa de Lanhoso.

Numa árvore genealógica dos Ávilas, existente no Arquivo Público do Estado, lê-se que Domingos Pires chegou à Baía em 1685, e faleceu em 1708. Aquela data está errada. O termo assinado no livro competente da Santa Casa é documento insofismável. Será verdadeira a outra? É. Indo ao *Livro 1.º da tumba da Santa Casa*, mss., encontrei ali a anotação do seu enterramento. Infelizmente, mui estragado se encontra o cartapácio, reduzido a cibo das traças, não se pode ver em que dia do mês de Outubro, do supracitado ano de 1708, veio a falecer.

⁽¹⁾ *Cópia | do | livro 2.º de termos | de Irmãos, mss., n.º 56 do arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Baía, p. 551-552.*

⁽²⁾ *In Rev. do Inst. Hist. e Geogr. do Brasil, tomo LII, parte 2.ª, p. 67.*

Como todos os opulentos moradores da época, residia no bairro comercial, ou cidade-baixa, então conhecida por «praya da cidade» ⁽¹⁾. Eis portanto explicada a razão de ser do seguinte documento, publicado por Francisco Borges de Barros em *Bandeirantes e Sertanistas bahianos* ⁽²⁾, e copiado do *Livro de cartas-patentes 1684-1697*, existente no Arquivo Público do Estado:

«D. Pedro, etc.: Faço saber aos que esta minha carta patente virem que tendo respeito a Domingos Pires de Carvalho estar provido pelo Marquez das Minas, Governador e Capm. Geral do Estado do Brasil, no posto de Capm. de Infantaria da Ordenança no districto da Praya da Cidade da Bahia, por deicação que delle fez Francisco de Aguiar: respeitando ao dito Domingos Pires de Carvalho ser pessoa de satisfação e merecimento e por esperar delle que em tudo o de que fôr encarregado do meu serviço se haverá com satisfação conforme a confiança que faço de sua pessoa:

Hey por bem fazer-lhe mercê de o confirmar no dito posto de Capm. de Infantaria da Ordenança do districto da Praya da Cidade da Bahia com o qual nam haverá soldo algum de minha fazenda; mas gozará de todas as honras, privilegios, liberdades, isenções e franquezas. EL REY. Conde de Val de Reys.»

«Bahia 24 de Mayo de 1689. Fr. M. R. Gov.» ⁽³⁾.

Posteriormente, foi coronel do regimento da mesma milícia dos distritos dos rios Real de Cima e de Baixo, Cotinguiba e de Lagarto, na então Capitania de Sergipe d'El-Rei, subordinada à Baía. Foi, mais, cobrador das fintas para os donativos do dote da rainha de Inglaterra e da paz de Holanda. Por fim, erigiu a Casa da Moeda desta cidade, segundo consta tudo isso do livro de patentes do Govêrno,

⁽¹⁾ Na rua do Pilar. Cf. *Publicações do Archivo Nacional*, XXVII, Rio, 1931, p. 117.

⁽²⁾ Baía, 1930, p. 142-143.

⁽³⁾ São as iniciais do nome e a abreviatura do cargo do arcebispo D. Fr. Manuel da Ressurreição, quando governou interinamente o estado do Brasil, por falecimento de Matias da Cunha.

relativo aos anos de 1688 a 1698, mss., do Arquivo Público do Estado ⁽¹⁾.

Foi um dos indivíduos mais opulentos da Baía, no seu tempo, constando-lhe a fortuna de propriedades urbanas, engenhos de açúcar no Recôncavo, fazendas de criar no sertão, numerosa escravaria, prataria copiosa, e ouro amoeado em vultosa quantidade ⁽²⁾.

Uma das suas datas de terras no interior da capitania foi obtida por sesmaria, em 2 de Março de 1690, nas remotas paragens de entre os rios Doce e Pardo, que talvez pertençam hoje ao Estado de Minas Gerais. Media quatro léguas em quadro ⁽³⁾.

Domingos Pires de Carvalho foi por quatro vezes ministro da Venerável Ordem Terceira de São Francisco. Sendo pela terceira, lançou-se em 1.º de Janeiro de 1702 a pedra fundamental da linda capela da mesma Ordem, que, interna e externamente, é hoje um dos primeiros templos da cidade. Encontra-se no *Novo Orbe Seráfico Brasílico*, de Jabotão ⁽⁴⁾, o seguinte resumo da sua actuação no pio sodalício: «Este Irmão foi insigne bemfeitor da Ordem, por ella padecio muitos trabalhos, e com ella dispendeo mais de vinte mil cruzados».

Na secretaria da Ordem existe uma grande tela, representando-o em corpo inteiro, no seu uniforme de coronel da ordenança.

O que, porém, mais destaca na história da Baía o nome de Domingos Pires de Carvalho é a descendência ilustre que deixou. Casando-se com D. Maria da Silva, filha de Paulo Nogueira e de D. Inês da Silva, foi seu filho, — ainda não pude pôr a limpo se único, — José Pires de Carvalho (1685-1759) ⁽⁵⁾, capitão-mór da cidade ⁽⁶⁾, coronel da infantaria da ordenança,

⁽¹⁾ Cf. *An. do Arch. Pub. e do Mus. do Estado da Bahia*, an. III, vols. IV-V, p. 142-143.

⁽²⁾ Cf. F. Borges de Barros, *O Castelo da Torre de Garcia d'Avila*, in *Diário Oficial*, do Estado da Baía, 17-11-34, p. 5847.

⁽³⁾ In *Publ. do Arch. Nac.*, cit., p. 94.

⁽⁴⁾ P. 2.ª, vol. I, Rio, 1859, p. 311.

⁽⁵⁾ Em 11 de Junho de 1759. Cf. *Livro 3.º de Assentos de Irmãos*, mss., na Santa Casa, p. 76-77.

⁽⁶⁾ Por patente de 28 de Agosto de 1743. Cf. D. José de Miralles, *Hist. Mil. do Brasil*, Rio, 1900, p. 173.

familiar do Santo Officio, fidalgo da casa de Sua Majestade, e cavaleiro professo na Ordem de Cristo, que instituiu um morgado, vinculando os bens herdados do pai. Foi irmão da Santa Misericórdia em 3 de Maio de 1700. Já era casado. ¿Será exacta a era do seu nascimento, que inseri acima? ¿Teria vindo para a Baía com o pai, em tenra idade? Elegeram-no provedor da Instituição no exercício de 1719-1720. Tal cargo só se confiava então a indivíduo de forte projecção social. Em 1732, lugar também de relêvo na cidade, fizeram-no ministro da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco. Foi ainda vereador da câmara da cidade, e possuía uma sorte de terras nas marinhas da Baía, ao Pilar.

Casou-se José Pires de Carvalho com D. Teresa Cavalcânti de Albuquerque ⁽¹⁾, filha de Baltasar de Vasconcelos Cavalcânti de Albuquerque ⁽²⁾, — esta prosápia de Cavalcântis de Albuquerque foi das mais empertigadas que houve no Brasil, — e de sua mulher Dona Antónia de la Penha Deusdará ⁽³⁾.

Primogénito do casal foi Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque (1701-1753), que, seguindo a carreira das armas, chegou ao alto posto de tenente-general pago. Foi, ainda, alcaide-mór da cidade (1743-1753), fidalgo da Casa Real, familiar do Santo Officio, professo na Ordem de Cristo, e morgado do vínculo herdado do pai, e do de Santa Senhorinha de Viana, em Portugal, que pertenceu aos Pereiras. Casou com uma prima pelo lado materno, Dona Joana Cavalcânti de Albuquerque ⁽⁴⁾.

Segundo-génito do casal foi o desembargador José Pires de Carvalho Cavalcânti e Albuquerque,

⁽¹⁾ Falecida em 14 de Novembro de 1759. Cf. livro 3.º, citado na nota 5 de p. 27.

⁽²⁾ Familiar do Santo Officio. Foi provedor da Misericórdia em 1724.

⁽³⁾ Tiveram cinco filhas, tôdas freiras do Convento de Santa Clara do Destêrro, nesta cidade, e duas delas nêle abadêssas. Uma, sôror Teresa Josefa de Jesus, morreu com muito boa opinião de suas irmãs de hábito, em 28 de Agôsto de 1761, segundo Jaboatão. Já li, também, que o seu trespasse foi em 1764.

⁽⁴⁾ O alcaide-mor Salvador Pires, ainda simples alferes, assinou termo de irmão da Misericórdia em 28 de Março de 1728. Cf. *Liv. 3.º de termos*, p. 557.

fidalgo da Casa Real, doutor nos Sagrados Cánones pela Universidade de Coimbra, ouvidor e procurador da comarca de Alenquer, em Portugal, cavaleiro professor da Ordem de Cristo, alcaide-mór da Vila de Maragogipe, secretário de estado e guerra do Brasil, e, depois, da Capitania Geral da Baía, e censor da Academia Brasílica dos Renascidos. Nasceu em 1702 e faleceu em 1774. Fêz as humanidades no Colégio dos Jesuítas, desta cidade, seguindo para Coimbra em 1716. Em 1760 publicou, em Lisboa, um poema intitulado *Culto métrico, tributo obsequioso nas aras da Santíssima Pureza de Maria Santíssima Senhora Nossa*. Foi provedor da Santa Casa em 1754. O desembargador José Pires residia em vasto prédio situado à beira das águas da baía, num sítio ameníssimo denominado Unhão. Junto ao seu solar construiu uma airosa capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição, hoje transformada em habitação particular.

Casando-se com Dona Isabel Joaquina de Aragão, deu-lhe esta um filho, José Pires de Carvalho e Albuquerque, que sucedeu ao pai no cargo de secretário de estado e guerra da capitania geral da Baía, casando-se em 1776 com D. Maria Francisca de Araújo Aragão. Uma filha do casal foi freira do Destêrro, e por causa da mesma houve desordens no referido convento ⁽¹⁾. Deve-se a êste José Pires a conservação dos documentos relativos ao período colonial que formam a maior e mais preciosa parte do opulentíssimo arquivo do Estado da Baía, sem segundo no Brasil, mandando copiar todos os livros da secretaria a seu cargo, que se achavam deteriorados pelo tempo e pelas traças ⁽²⁾. Em 1791, obteve carta de confirmação da passagem do estuário de Itapagipe, nesta cidade ⁽³⁾.

Tornemos agora à linha directa da descendência de Domingos Pires de Carvalho. Da união do alcaide-

⁽¹⁾ Cf. *Costumes monásticos na Bahia*, in *Rev. do Inst. Geogr. e Hist. da Bahia*, n.º 44, p. 131.

⁽²⁾ Vide nota 8, de Brás do Amaral, ao vol. 3.º das *Memo-rias históricas da Província da Bahia*, por Accioly, Baía, ed. de 1931, p. 81.

⁽³⁾ Cf. *Publicações do Archivo Nacional*, XXVII, p. 188.

-mór da Baía, Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque, com Dona Joana Cavalcanti de Albuquerque nasceram, entre outros, os dois filhos que se seguem:

Primogénita, D. Ana Teresa Cavalcanti de Albuquerque, que casou com Garcia d'Avila Pereira de Aragão, 7.º senhor e 6.º morgado da Casa da Torre, fidalgo da Casa Real, e mestre de campo do regimento de auxiliares do seu feudo, o mais vasto domínio particular que houve na América Latina. Mais extenso, mesmo, que o marquesado de Oropesa, instituído por el-rei de Castela para os descendentes dos Incas do Peru. Garcia d'Avila procedia do seu famoso homónimo, natural de São Pedro de Rates, e vindo na frota de Tomé de Sousa, de quem era criado, quando o conspícuo varão veio fundar a cidade do Salvador, por mando d'el-rei D. João III, em 1549. O velho Garcia foi o fundador da lendária casa supramencionada. Eram-lhe também antepassados os não menos famosos e lendários Diogo Alvares Correia, o Caramuru, natural de Viana, e sua mulher, a princesa brasileira Catarina Paraguassu. Além dos nobres sangues de Pereiras e Aragões, que lhe circulavam nas veias.

Nasceu-lhes depois José Pires de Carvalho e Albuquerque (1728-1796), mestre de campo que foi do tёрço de auxiliares das marinhas de Pirajá, Paripe Matoim, Passé e Cotegipe, capitão-mór da cidade da Baía, e procurador da Real Fazenda. Casou com Dona Leonor Pereira Marinho, irmã do seu cunhado, citado, a qual faleceu em 1795.

Este José Pires e Dona Leonor Pereira Marinho tiveram um filho, Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque. Falecendo Garcia d'Avila (1805), e sua mulher, sem sucessão, passou a herança da casa e morgado da Torre ao sobrinho. Assim é que Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque foi o 8.º senhor e 7.º morgado do feudo. Era fidalgo cavaleiro da Casa Real e mestre de campo do terceiro regimento de auxiliares da praça da Baía, casando-se com Dona Ana Maria de São José e Aragão.

Sucedeu-lhe como último senhor e morgado da Casa da Torre seu filho primogénito, capitão-mór António Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque Cavalcânti d'Avila Pereira (1779-1852), coronel das

ordenanças do seu senhorio, que seguiu o partido da independência do Brasil, estabelecendo no seu castelo, às bordas do Atlântico, uma das bases de operações do exército pacificador, denominação que se deu às tropas independentes. No dia da sua coroação, 1.º de Dezembro de 1822, o imperador D. Pedro I fê-lo barão da Torre de Garcia d'Avila. Foi este o primeiro título nobiliárquico criado pelo fundador da Monarquia Brasileira. E único, nos primeiros quatro anos da mesma. Mais tarde elevou-o a visconde com grandeza. Cumulou-o ainda o *Rei Cavalheiro*, na frase de Pedro Calmon, um dos mais ilustres escritores do Brasil contemporâneo, de outras honrarias: grande do Império, gentil-homem da Imperial Câmara, oficial da ordem do Cruzeiro, comendador da de Cristo, e condecorou-o com a medalha da campanha da Independência. Casou-se com uma sobrinha, filha de seu irmão segundo.

Foi este Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque visconde de Pirajá e figura de vincado relêvo na luta pela independência do Brasil. Nomeou-o D. Pedro I, grande do Império, conselheiro de Estado, e gentil-homem de sua Imperial Câmara. Elevou-o a brigadeiro graduado dos imperiais exércitos. Concedeu-lhe as veneras do Cruzeiro e de Cristo, e a medalha da campanha da Independência, na qual serviu o cargo de ajudante-general do comando em chefe. Foi deputado provincial pela Baía e seu governador das armas. Estimadíssimo no seio da tropa, e popularíssimo na cidade da Baía, conheciam-no por *Santinho da Torre*. Casou-se com Dona Maria Luísa Argôlo.

O segundo irmão do derradeiro senhor da Torre foi Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque, barão de Jaguaripe, capitão-mór da Muribeca, e presidente da Junta de Governo interino da província da Baía durante a campanha da Independência. Morreu sem sucessão.

Bastam ao meu propósito as informações que aí ficam relativas ao tronco genealógico de Domingos Pires de Carvalho e de sua mulher D. Maria da Silva. Se me fôra demorar mais no assunto, tornara-me certamente enfadonho, pois crescido é o número de descendentes do casal que se notabilizaram aqui no

Brasil em tôdas as manifestações da actividade humana. Mas não me posso furtar à seguinte excepção. Trata-se de um neto ou bisneto do Visconde da Torre de Garcia d'Avila, o dr. António Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, barão de Vila Viçosa, falecido em 1915.

Inteligência brilhante, profundamente culto, foi poeta de escol, pondo em verso *A Imitação de Cristo*, trabalho dos melhores no género que existe em português.

E' chefe da família, actualmente, outro António Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal, e antigo procurador geral da República. Reside no Rio de Janeiro.

Se na Póvoa de Lanhoso ainda restam parentes do filho de João Pires de Carvalho e de sua mulher Catarina Francisca, podem-se certificar, pela leitura das linhas supra, que seu avoengo fundou nesta banda do Atlântico uma das progénies mais ilustres que nela têm existido.

J. DA SILVA CAMPOS.

Bafa (Brasil).